

*16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Proposta de Acta de 11.08.2011

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES
- . EB1 de Alfarelos
 - Adjudicação

Ponto 5. **CULTURA** – BIBLIOTECA MUNICIPAL

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO
 - Substituição de Caixilharia
- . Adjudicação

Ponto 6. **CULTURA**

- . PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
 - Grupo Folclórico e Etnográfico do Casal do Cimeiro - Freg. de Figueiró do Campo

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011***

Ponto 7. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS
- . Campo Relvado Sintético de Vinha da Rainha
 - Remodelação dos Balneários
- . Adjudicação

Ponto 8. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSTRUÇÃO DE OUTROS POLIDESPORTIVOS
- . Polidesportivo de Paleão - Freg. de Soure
 - Ajuste Directo

Ponto 9. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . APOIO AO DESPORTO
 - Campeonato da Europa de Rápidas e Semi-Rápidas (Lituânia-Outubro/2011)

Ponto 10. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . EVENTOS / PROVAS DESPORTIVAS
 - 4.º Raid BTT da Vinha da Rainha

Ponto 11. ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL

- . Associação Cultural, Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha
 - Isenção do Pagamento de Taxas

11.1. Creche

11.2. Lar de Idosos

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011***

Ponto 12. ACÇÃO SOCIAL

- . CASA DA CRIANÇA
 - PRÉ-ESCOLAR
- . Participação Familiar 2011/2012

Ponto 13. ACÇÃO SOCIAL

- . CARTA DA EUROPA
 - Junta de Freguesia de Samuel
- . Informações

Ponto 14. SAÚDE

- . Direcção do Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra
- . Programa de Rastreamento de Cancro da Mama
 - Agradecimento

Ponto 15. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS
 - Ajustes Directos
- 15.1. Cercal - Freg. de Gesteira
- 15.2. Vale Centeio - Freg. de Pombalinho

Ponto 16. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
- . Soure
 - Ajuste Directo

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011***

Ponto 17. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . Elementos Vegetais
 - Palmeiras na Praça do Município
- . Praga do Gorgulho Ferrugento

17.1. Programa de Monitorização

17.2. Colocação de Armadilhas

17.3. “Ataque” à Praga

Ponto 18. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . NOVAS CAPTAÇÕES E OPERACIONALIZAÇÃO
- . Sistema de Casa Velha - Nova Captação em Carregosa
 - Alargamento da Perfuração e Protecção em Tubagem Metálica
- . Ajuste Directo

Ponto 19. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS

- . FESTAS DE S. MATEUS E FATACIS // 2011
- . Ornamentação da Vila de Soure
 - Ajuste Directo

Ponto 20. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO - APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA

- . Regime de Exercício da Actividade Pecuária - Regime Excepcional de Regularização
 - Apreciação em Sede de Grupo de Trabalho

20.1. Parecer

20.2. Representante do Município

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011***

Ponto 21. RECURSOS HUMANOS

- . Agrupamento de Escolas de Soure
- . ESTÁGIOS
 - Curso de Operador de Sistemas Informáticos
- . Agradecimento

Ponto 22. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL EM GRANJA DO ULMEIRO
 - Prorrogação de Prazo

Ponto 23. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS
- . Campo Relvado Sintético de Vinha da Rainha
 - Prorrogação de Prazo

Ponto 24. SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE

- . CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREG. DE SAMUEL
 - Prorrogação de Prazo

Ponto 25. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . BENEFICIAÇÃO DO CM 1113 ENTRE VILA NOVA DE ANÇOS E O LIMITE DO CONCELHO (COM CONDEIXA)
 - Prorrogação de Prazo

Ponto 26. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando as seguintes informações:

- No dia 01 de Julho, o Senhor (Ex)Governador Civil do Distrito de Coimbra, Dr. Henrique Fernandes, enviou-nos um email informando que cessou funções, e aproveitando para nos agradecer a atenção que sempre lhe terá sido dispensada... Assim, cumpre-nos tomar conhecimento e retribuir, dando nota de que da parte dele também fomos sempre tratados com educação e simpatia, e que sentimos grande disponibilidade para cooperar.
- No dia 12 de Julho, recebemos na Câmara Municipal um email do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Penela, Eng.º Paulo Júlio, dando-nos nota que “abandonou” as suas funções de Presidente de Câmara, eleito, e que aceitou um convite para fazer parte do actual Governo de Portugal, como Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa... Assim, despediu-se e desejou que a cooperação e o compromisso continuem na relação da nossa Câmara Municipal com a Câmara Municipal de Penela... Acho que nos devemos congratular com este ofício e, evidentemente que iremos manter com a Câmara Municipal de Penela e com os Penelenses a mesma relação...
- No dia 18 de Agosto, recebemos um ofício do Senhor Padre, Manuel de Oliveira Simões, Reverendo Pároco das Freguesias de Vila Nova de Anços, Alfarelos, Granja do Ulmeiro e Brunhós, dando-nos nota que a partir do final de Agosto iria ser substituído pelo Senhor Padre Idalino Simões... aproveitou para nos agradecer também toda a amizade e colaboração institucional mantidas ao longo dos últimos oito anos... Naturalmente que iremos retribuir, através de um ofício em que lhe desejaremos felicidades nas suas novas funções e onde também lhe agradeceremos a colaboração que manteve connosco, naquilo que, entre a Câmara Municipal e a Igreja, deve ser a “procura” da melhoria do bem-estar colectivo...
- Deram também entrada três emails do Instituto Pedro Hispano da “Secção de Xadrez”... três participações e mais três meritórios resultados... De 02 a 06 de Julho, disputaram o Campeonato Nacional de Xadrez de Séniores Femininos, com a participação de um grupo de seis meninas e que tiveram um

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011***

extraordinário resultado... Saudamos também o facto de, nesta deslocação a Vila Nova de Foz Côa, terem aproveitado a viagem, com o apoio do IGESPAR, para a complementarem com Turismo Cultural... um comportamento educacional cuja positividade nos apraz registar!!!...

No dia 09 de Julho, decorreu no Parque Termal de Pedras Salgadas, o Torneio Jovem de Pedras Salgadas, onde o Xadrezista, João Vasco Vicente, ganhou o Torneio...

Realizou-se também o Torneio de Xadrez “Noites Quentes” de Mirandela onde nos apraz registar mais resultados brilhantes, no plano desportivo... o Xadrezista João Vasco Vicente ficou em primeiro lugar e o Xadrezista José João Catarro em terceiro...

*** CULTURA**

- No dia 15 de Agosto, estivémos presentes na Sessão Solene do Programa Comemorativo do 115.º Aniversário da Filarmónica 15 de Agosto Alfarelense... Como é habito foi muito participada... nós procedemos à entrega do Apoio ao Investimento habitual no Aniversário e, também, da Medalha de Mérito Cultural, que recentemente tínhamos aprovado!!!... Esta Instituição Cultural, contrariando as dificuldades dos tempos, continua com muita gente jovem, com um significativo número de Escolas de Música...

- No dia 19 de Agosto, estivémos na Granja do Ulmeiro, na Igreja Paroquial... reunimos com o Senhor Padre Manuel de Oliveira Simões e com os demais Membros da Comissão da Fábrica da Igreja da Freguesia da Granja do Ulmeiro... durante a reunião, subscrevemos dois Protocolos de Apoio ao Investimento, relativos a deliberações municipais...

- Estivémos igualmente presentes, eu e/ou alguns dos Senhores Vereadores em Regime de Permanência, em múltiplas iniciativas que ocorreram por todo o Concelho, no âmbito da Política de Proximidade que nos caracteriza...

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “naquilo que é o ciclo habitual nesta época dos Festivais de Folclore, estive presente com o Senhor Vice-Presidente, Dr. Santos Mota, no dia 13 de Agosto, no XXX Festival de Folclore do Rancho Típico de Paleão.

No dia 14 de Agosto, no Festival de Folclore promovido pela Associação Cultural dos Lousões.

No dia 15 de Agosto, no XVII Festival de Folclore Papoilas da Serra das Degracias.

No dia 20 de Agosto, no XXI Festival de Folclore do Rancho Folclórico da Freguesia de Tapeus.”

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação de Proposta de Acta de 11.08.2011

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da ordem de trabalhos.-----

**Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO
. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES
. EB1 de Alfarelos
- Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES
EB 1 DE ALFARELOS
ADJUDICAÇÃO**

Por despacho de 04.08.2011, ratificado em reunião de Câmara de 11.08.2011 foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
Parqueadora Sourense, Ldª	8.879,38 €	30 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (8.884,20 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Parqueadora Sourense, Ldª**.

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2011

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) – ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Parqueadora Sourense, Ldª**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **8.879,38 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
23.08.2011

DESPACHO:

Adjudique-se.
À reunião de Câmara, para ratificação.
A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dr.ª)
24.08.2011

*Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal, despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

**. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO
- Substituição de Caixilharia
. Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **CULTURA**

**BIBLIOTECA MUNICIPAL – CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO
SUBSTITUIÇÃO DE CAIXILHARIA
ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 29.06.2011 foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
Deleme, Janelas	4.770,80 €	15 Dias

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta não é superior ao preço base, os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Deleme, Janelas**.

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) – ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa** da **audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Deleme, Janelas**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **4.770,80 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
25.08.2011

Despacho:
À reunião de Câmara.
A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dr.ª)
26.08.2011

*Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal, despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 6. CULTURA

. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

- Grupo Folclórico e Etnográfico do Casal do Cimeiro - Freg. de Figueiró do Campo

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Protocolo de Colaboração.----

O Senhor Vereador Américo Nogueira ausentou-se não tendo participado na votação.-----

Ponto 7. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS

. Campo Relvado Sintético de Vinha da Rainha

- Remodelação dos Balneários

. Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**
CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS – CAMPO DE VINHA DA RAINHA
REMODELACÃO DOS BALNEÁRIOS
ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de 14.07.2011, foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Das empresas consultadas apresentaram proposta as seguintes:

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

EMPRESA	VALOR	PRAZO
CONSTRUTORA GUARDADO E OLIVEIRA, LDª	64.790,00 €	2 MESES
CONSTRUÇÕES JÚLIO LOPES, S.A.	74.000,00 €	2 MESES

Tendo em conta o critério de adjudicação – o do preço mais baixo – e que a única empresa admitida a concurso respondeu ao solicitado, sendo o valor da proposta inferior ao valor base (66.000,00 €), o júri sugere a adjudicação da presente empreitada à empresa **Construtora Guardado e Oliveira, Lda**.

É obrigatória a redução do contrato a escrito, uma vez que a mesma não se encontra dispensada – vide al. d) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

Foi efectuada audiência prévia escrita dos interessados, nos termos do n.º 1 do artigo 123.º do CCP, não tendo sido apresentada qualquer observação por parte dos concorrentes.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) – ver artigo 127.º do CCP -.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **CONSTRUTORA GUARDADO E OLIVEIRA, LDª**;
2. **Aprovação** da minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 98.º do CCP;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **64.790,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão O.P.M.
(Mário Monteiro, Eng.º)
12.08.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação à empresa que apresentou a proposta mais favorável, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 8. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011***

**. CONSTRUÇÃO DE OUTROS POLIDESPORTIVOS
. Polidesportivo de Paleão - Freg. de Soure
- Ajuste Directo**

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES – DESPORTO E TEMPOS LIVRES
CONSTRUÇÃO DE OUTROS POLIDESPORTIVOS
POLIDESPORTIVO DE PALEÃO
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **58.640,00 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica **02.02.07.01.04.06** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **02.002 2011/64**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Euroténis – Equipamentos Desportivos, Lda**

4. JÚRI

Uma vez que se sugere a consulta a apenas uma empresa, não há lugar a constituição de júri – cf. n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

(Mário Monteiro, Eng.º)
29.08.2011

Despacho:
À Reunião de Câmara.
O Vereador*
(Américo Nogueira)
29.08.2011

*Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmº. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

c

Assunto: *Cultura, Desporto e Tempos Livres – Desporto e Tempos Livres
Construção de Outros Polidesportivos
Polidesportivo de Paleão*

De acordo com indicações superiores, foi solicitado um levantamento da situação actual da zona a intervencionar no local supracitado.

Após visita ao local, foi elaborado um orçamento/medições, dos trabalhos a realizar, o qual se encontra em anexo. Sendo o valor total dos trabalhos de **58.640,00 € + IVA**.

Deste modo, propõe-se a construção de um polidesportivo em betão poroso, com arrelvamento sintético, no local assinalado na planta em anexo.

Sugere-se, assim, o recurso ao Ajuste Directo, para a realização dos referidos trabalhos, com convite à seguinte empresa:

1. EUROTENIS – Equipamentos Desportivos, Lda.

À consideração superior,
O Técnico
(Mauro Alegre, Eng.)
23-08-2011

PARECER
Concordo.
Não se vê inconveniente.
À Consideração Superior.
2011.08.29
(Mário Monteiro, Eng.º)
(Chefe de Divisão de O.P.M.)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de Ajuste Directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 9. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

. APOIO AO DESPORTO

- Campeonato da Europa de Rápidas e Semi-Rápidas (Lituânia-Outubro/2011)

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

ASSUNTO: DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. APOIO AO DESPORTO

- Campeonato da Europa de Rápidas e Semi-Rápidas (Lituânia – Outubro / 2011)

A Câmara Municipal, na sua Reunião de Câmara de 11.08.2011, deliberou aprovar o apoio à participação de quatro jovens Xadrezistas do Clube de Xadrez do Instituto Pedro Hispano, em três Campeonatos de âmbito Internacional, no valor correspondente a $\approx 50\%$ dos custos estimados da respectiva participação.

Relativamente ao Campeonato da Europa de Rápidas e Semi-Rápidas, a decorrer na Lituânia, de 02 a 07 de Outubro, previa-se a participação de dois jovens aos quais foi atribuído um apoio de 500€ a cada um, para um custo estimado de 1.000€.

Posteriormente, foi-nos comunicada a participação neste Campeonato de um terceiro jovem - João Vasco Vicente -, pelo que, à semelhança do apoio já atribuído, na Reunião de Câmara atrás aludida, proponho que a Câmara Municipal autorize o apoio de **500€** (50% do custo estimado), à participação daquele Xadrezista no CAMPEONATO DA EUROPA DE RÁPIDAS E SEMI-RÁPIDAS (Lituânia - 02 a 07 de Outubro).

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
2011.08.23

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo.
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Despacho de
06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, isto é, de atribuição de um apoio no valor de 500,00 euros.-----

Ponto 10. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011***

**. EVENTOS / PROVAS DESPORTIVAS
- 4.º Raid BTT da Vinha da Rainha**

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

**Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES
.EVENTOS / PROVAS DESPORTIVAS
- 4.º RAID BTT DA VINHA DA RAINHA**

O NÚCLEO DE BTT DA VINHA DA RAINHA tem manifestado grande dinamismo, promovendo diversas iniciativas, quer ao nível do lazer, quer ao nível competitivo, envolvendo muitos participantes de vários pontos do país. Neste Grupo existe, também, uma forte preocupação na preservação do meio ambiente, bem como na promoção turística do nosso Concelho.

Neste quadro, o NÚCLEO DE BTT DA VINHA DA RAINHA realizou, no dia 08 de Maio de 2011, o seu 4.º Raid BTT. Assim, proponho que, no âmbito de Eventos/Provas Desportivas, previsto nas Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e Orçamento para 2011, na área do Desporto e Tempos Livres, a Câmara Municipal autorize a atribuição de um apoio no valor de 600,00 €.

O Vice-Presidente*
(Santos Mota, Dr.)
24.08.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor Presidente
da Câmara Municipal, Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009

***Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta do Senhor Vice-Presidente, Dr. Santos
Mota, isto é, de atribuição de um apoio no valor de 600,00 euros._____***

Ponto 11. ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011***

. Associação Cultural, Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha

- Isenção do Pagamento de Taxas

11.1. Creche

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: RLCTM - REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SOURE

- Emissão do alvará de autorização de utilização
- Associação Cultural, Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha
 - * Pedido de emissão do alvará de autorização de utilização para Creche
 - * Isenção do pagamento da taxa

A entidade acima identificada é titular de um processo relativo a um pedido de licenciamento (Processo n.º 55/2006) para construção de uma creche.

No âmbito desse processo requereu a emissão do alvará de autorização de utilização.

Foi efectuada vistoria no dia 18 de Agosto de 2011 conjuntamente com as entidades, Segurança Social, Autoridade Nacional de Protecção Civil e Delegado de Saúde, tendo-se concluído que reúne condições para o fim a que se destina.

Solicita também a isenção das respectivas taxas.

O valor da taxa a cobrar seria de 40 €.

Tendo em conta a informação jurídica em anexo, a requerente reúne os requisitos previstos no artigo 25º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento da taxa referente à emissão do alvará de autorização de utilização.

À Consideração Superior
Maria José Carvalhão - Engª Civil
Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento
25 de Agosto de 2011

DESPACHO:

Deferido, de acordo com a informação da Senhora
Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento.
À Reunião de Câmara p/ conhecimento.
26.08.2011
O Vice-Presidente*
(Santos Mota, Dr.)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009

e
Parecer Jurídico

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

assunto: Isenção de Taxas - Licenciamento para Nova Construção de Creche

processo: 55/2006

requerente: Associação Cultural Desportiva Solidariedade da Vinha da Rainha

local: Vinha da Rainha - Vinha da Rainha

Assunto: Taxas. Isenção

A Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Vinha da Rainha, vem, requerer a isenção do pagamento das taxas devidas, no âmbito do processo de licenciamento de obras n.º 55/2006, relativo à construção de uma Creche.

A requerente instruiu o seu pedido com documento comprovativo da titularidade do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social.

A isenção ou redução subjectiva de taxas municipais, encontra-se prevista no Capítulo III do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.

Ali, o n.º1 do artigo 25.º, dispõe que *“estão isentas do pagamento de taxas as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, as instituições particulares de solidariedade social, bem como as de mera utilidade pública, relativamente aos actos e factos se destinem à directa e imediata realização dos seus fins”*.

O n.º10 do mesmo artigo, refere ainda que a apreciação e decisão de eventual isenção ou redução de taxas, carece de formalização de pedido que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

Analisando o pedido e os documentos anexos, a requerente comprovou tratar-se de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que tem como fim principal a promoção social, pelo que se encontram reunidos os requisitos previstos no n.º1 do referido artigo 25.º, no que respeita à natureza jurídica e à finalidade estatutária.

Verifica-se também que, a entidade requerente não tem dívidas vencidas para com o Município de Soure, cumprindo com o disposto no n.º10 do mesmo artigo.

Em face do exposto somos de parecer que:

A requerente reúne os requisitos previstos no artigo 25.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento das taxas municipais referentes ao processo em questão.

23 de Agosto 2011

À consideração superior,



(Edgar J. Domingues, Dr.)

Foi tomado conhecimento. _____

11.2. Lar de Idosos

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011***

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: RLCTM - REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SOURE

- Emissão do alvará de autorização de utilização
- Associação Cultural, Desportiva e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha
 - * Pedido de emissão do alvará de autorização de utilização para Lar de Idosos
 - * Isenção do pagamento da taxa

A entidade acima identificada é titular de um processo relativo a um pedido de licenciamento (Processo n.º 45/2006) para construção de um lar de idosos.

No âmbito desse processo requereu a emissão do alvará de autorização de utilização.

Foi efectuada vistoria no dia 18 de Agosto de 2011 conjuntamente com as entidades, Segurança Social, Autoridade Nacional de Protecção Civil e Delegado de Saúde, tendo-se concluído que reúne condições para o fim a que se destina.

Solicita também a isenção das respectivas taxas.

O valor da taxa a cobrar seria de 110 €.

Tendo em conta a informação jurídica em anexo, a requerente reúne os requisitos previstos no artigo 25º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento da taxa referente à emissão do alvará de autorização de utilização.

À Consideração Superior

Maria José Carvalho - Engª Civil

Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento

25 de Agosto de 2011

DESPACHO:

Deferido, de acordo com a informação da Senhora

Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento.

À Reunião de Câmara p/conhecimento.

26.08.2011

O Vice-Presidente*

(Santos Mota, Dr.)

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009

e

Parecer Jurídico

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

assunto: Isenção de Taxas - Licenciamento para Nova Construção de Lar de Terceira Idade

processo: 45/2006

requerente: Associação Cultural Desportiva Solidariedade da Vinha da Rainha

local: Vinha da Rainha - Vinha da Rainha

Assunto: Taxas. Isenção

A Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Vinha da Rainha, vem, requerer a isenção do pagamento das taxas devidas, no âmbito do processo de licenciamento de obras n.º 45/2006, relativo à construção de um Lar de Idosos.

A requerente instruiu o seu pedido com documento comprovativo da titularidade do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social.

A isenção ou redução subjectiva de taxas municipais, encontra-se prevista no Capítulo III do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.

Ali, o n.º1 do artigo 25.º, dispõe que *“estão isentas do pagamento de taxas as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, as instituições particulares de solidariedade social, bem como as de mera utilidade pública, relativamente aos actos e factos se destinem à directa e imediata realização dos seus fins”*.

O n.º10 do mesmo artigo, refere ainda que a apreciação e decisão de eventual isenção ou redução de taxas, carece de formalização de pedido que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

Analisando o pedido e os documentos anexos, a requerente comprovou tratar-se de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que tem como fim principal a promoção social, designadamente no apoio à velhice e invalidez, pelo que se encontram reunidos os requisitos previstos no n.º1 do referido artigo 25.º, no que respeita à natureza jurídica e à finalidade estatutária.

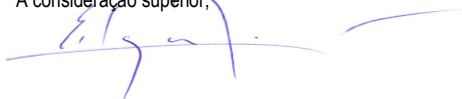
Verifica-se também que, a entidade requerente não tem dívidas vencidas para com o Município de Soure, cumprindo com o disposto no n.º10 do mesmo artigo.

Em face do exposto somos de parecer que:

A requerente reúne os requisitos previstos no artigo 25.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento das taxas municipais referentes ao processo em questão.

23 de Agosto 2011

À consideração superior,



(Edgar J. Domingues, Dr.)

Foi tomado conhecimento._____

Ponto 12. ACÇÃO SOCIAL

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011***

- . CASA DA CRIANÇA
- PRÉ-ESCOLAR
- . Participação Familiar 2011/2012

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL

- . Casa da Criança / Pré-Escolar
- Participação Familiar 2011/2012

A Casa da Criança de Soure é o Equipamento Municipal que, na área da Acção Social, tem vindo a prestar um serviço adequado às Famílias do Concelho, ao nível de duas Valências: Creche e Educação Pré-Escolar.

Na sequência de orientações da Segurança Social e do Protocolo aprovado na Reunião de Câmara de 14.07.2011, a Valência Creche deverá ser assegurada pela Santa Casa da Misericórdia de Soure, já a partir do próximo Ano Lectivo, 2011/2012.

No que toca à Valência do Pré-Escolar, está a ser desenvolvida uma proposta de Protocolo, sendo que a Tabela de Participação Familiar deverá continuar a ser definida pelo Município.

A Tabela em vigor foi aprovada em Reunião de Câmara de 07.04.1987, pelo que, naturalmente, mais do que se justificam ajustamentos que, por um lado, caminhem no sentido da harmonização do cálculo das Participações Familiares com as normas reguladoras entretanto definidas, quer pelo Ministério da Educação, quer pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social, e, por outro lado, procurem “acompanhar” a evolução do índice de preços, desde então.

Assim, com a consciência social que é e tem sido nosso apanágio e marca indelével, consideramos imperativa a actualização da Tabela de Participação Familiar em vigor, de acordo com os seguintes critérios:

- Adoptar os escalões fixados na lei indexados à Retribuição Mínima Mensal, assegurando-se a sua actualização anual;
- Garantir uma “efectiva” justiça social, definindo taxas para os diferentes escalões numa lógica de progressividade, mas, inferiores às legalmente previstas, dado o período reconhecidamente difícil com que a maioria das Famílias se confronta;
- Fixar uma Participação Familiar Mínima, de natureza excepcional pela ambiência conjuntural atrás aludida, correspondente a um terço do valor do Abono de Família para

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

Crianças com idade superior a doze meses de Famílias do 1.º Escalão de Rendimentos, definido em Portaria;

- Fixar uma Comparticipação Familiar Máxima, transitória, também de natureza excepcional, que não exceda:
 - . Nem o valor resultante da aplicação da taxa correspondente à evolução do índice de preços ao montante máximo actualmente em vigor;
 - . Nem, de acordo com a lei, o custo dos serviços prestados.

Neste quadro, propõe-se que a Câmara Municipal aprove a Tabela de Comparticipação Familiar apresentada em anexo para as Crianças que irão frequentar a Educação Pré-Escolar na Casa da Criança de Soure, no Ano Lectivo 2011/2012.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
26.08.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

e

ACÇÃO SOCIAL/ CASA DA CRIANÇA - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Ano Lectivo 2011/ 2012

Legislação aplicável: Despacho Conjunto n.º 300/97 de 09 de Setembro

Comparticipação familiar			Retribuição Mínima Mensal R.M.M. para o ano 2011	
A comparticipação familiar é determinada com base nos seguintes escalões:				
1º Escalão ----	até	30%	} % estabelecida em função da RMM/Remuneração Mínima Mensal	485,00 € (Decreto-Lei n.º 143/2010, 31 de Dezembro)
2º Escalão ----	30%	até 50%		
3º Escalão ----	50%	até 70%		
4º Escalão ----	70%	até 100%		
5º Escalão ----	100%	até 150%		
6º Escalão ----	150%	até		

PROPOSTA DE TABELA DE COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR PARA O ANO LECTIVO 2011/2012

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

ESCALÕES							
	Alimentação			Prolongamento de Horário		TOTAL	
Rendimento <i>per capita</i> , indexado à RMM (Retribuição Mínima Mensal)						Alimentação + Prol.Horário	
1º Escalão							
até 145,50 €	10,0%	até	14,55 €	5,0%	até	7,28 €	15% 11,73€ *¹
							21,83 €
2º Escalão							
De 145,51 € até 242,50 €	12,0%	de	17,46 €	9,0%	de	13,10 €	21% 30,56 €
		a	29,10 €		a	21,83 €	50,93 €
3º Escalão							
De 242,51 € até 339,50 €	12,5%	de	30,31 €	9,5%	de	23,04 €	22% 53,35 €
		a	42,44 €		a	32,25 €	74,69 €
4º Escalão							
De 339,51 € até 485,00 €	13,0%	de	44,14 €	10,0%	de	33,95 €	23% 78,09 €
		a	63,05 €		a	48,50 €	111,55 €
5º Escalão							
De 485,01 € até 727,50 €	13,5%	de	65,48 €	10,5%	de	50,93 €	24% 116,40 €
		a	98,21 €		a	76,39 €	120,00€ *²
6º Escalão							
A partir de 727,51 €	14,0%	desde	101,85 €	11,0%	desde	80,03 €	25% 120,00€ *²

*¹) - Valor Mínimo da Comparticipação Familiar

*²) - Valor Máximo da Comparticipação Familiar

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se de aprovarmos a proposta apresentada pela Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, com os fundamentos expressos no texto que consta da mesma, e que, em concreto, é a que consta do mapa anexo... A proposta revela a consciência social de sempre e não deixa de ter uma grande sensibilidade para com o período reconhecidamente difícil com que a maioria das famílias se confronta.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.*_____

Ponto 13. ACÇÃO SOCIAL

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

- . CARTA DA EUROPA
- Junta de Freguesia de Samuel
- . Informações

O Senhor Presidente referiu que: “a Freguesia de Samuel, como sabem, integra a chamada Carta da Europa... Recentemente realizou-se uma reunião em Cashel - Irlanda, onde a Presidente da Junta de Freguesia, Dra. Teresa Pedrosa, de uma forma que prestigia o Concelho, assumiu o cargo de Vice-Presidente da Carta da Europa... Em princípio, Samuel, no próximo ano, acolherá duas iniciativas... Agora é-nos dado conhecimento, sendo que quando tivermos o programa em concreto, certamente, que não deixaremos de o avaliar e procurar apoiar...”

*Foi tomado conhecimento.*_____

Ponto 14. SAÚDE

- . Direcção do Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra
- . Programa de Rasteio de Cancro da Mama
- Agradecimento

*Foi tomado conhecimento.*_____

Ponto 15. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO DE LARGOS E PRAÇAS
- Ajustes Directos

15.1. Cercal - Freg. de Gesteira

Foram presentes as seguintes informações:

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2011

**CONSTRUÇÃO / REABILITAÇÃO LARGOS E PRAÇAS
CERCAL – FREGUESIA DE GESTEIRA
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **959,75 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica **03.01.07.01.04.13** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **05.004 2011/109**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Gadanha 2 - Construções, Lda**

4. JÚRI

Uma vez que se sugere a consulta a apenas uma empresa, não há lugar a constituição de júri – cf. n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
29.08.2011

e

**Assunto: Urbanização e Urbanismo - Construção/Reabilitação Largos e Praças
Cercal**

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2011

De acordo com indicações superiores, foi solicitado um levantamento da situação actual da zona a intervencionar no local supracitado.

Após visita ao local, foi elaborado um orçamento/medições, dos trabalhos a realizar, o qual se encontra em anexo. Sendo o valor total dos trabalhos de **959,75 € + IVA**.

Sugere-se, assim, o recurso ao Ajuste Directo, para a realização dos referidos trabalhos, com convite à seguinte empresa:

1. GADANHA 2 – Construções, Lda.

À consideração superior,
O Técnico
(Mauro Alegre, Eng.)
26-08-2011

PARECER
Concordo.
À Consideração Superior.
2011.08.29
(Mário Monteiro, Eng.º)
(Chefe de Divisão de O.P.M.)

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de Ajuste Directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.*_____

15.2. Vale Centeio - Freg. de Pombalinho

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO / REABILITAÇÃO LARGOS E PRAÇAS
VALE CENTEIO – FREGUESIA DE POMBALINHO
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **10.082,54 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2011

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica **03.01.07.01.04.13** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **05.004 2011/109**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Gadanha 2 - Construções, Lda**

4. JÚRI

Uma vez que se sugere a consulta a apenas uma empresa, não há lugar a constituição de júri – cf. n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
29.08.2011

e

Assunto: Urbanização e Urbanismo - Construção/Reabilitação Largos e Praças Vale Centeio

De acordo com indicações superiores, foi solicitado um levantamento da situação actual da zona a intervencionar no local supracitado.

Após visita ao local, foi elaborado um orçamento/medições, dos trabalhos a realizar, o qual se encontra em anexo. Sendo o valor total dos trabalhos de **10.082, 54 € + IVA**.

Sugere-se, assim, o recurso ao Ajuste Directo, para a realização dos referidos trabalhos, com convite à seguinte empresa:

1. **GADANHA 2 – Construções, Lda.**

À consideração superior,
O Técnico
(Mauro Alegre, Eng.)
26-08-2011

PARECER
Concordo.
À Consideração Superior.
2011.08.29

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2011

(Mário Monteiro, Eng.º)
(Chefe de Divisão de O.P.M.)

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de Ajuste Directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.*_____

Ponto 16. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

. CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS

. Soure

- Ajuste Directo

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
SOURE
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o **preço base** é de **3.414,00 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro –.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros – cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho –.

O encargo previsto para a presente empreitada tem dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica **03.01.07.01.04.01** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **05.004 2011/110**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Gadanha 2 - Construções, Ldª**

4. JÚRI

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011***

Uma vez que se sugere a consulta a apenas uma empresa, não há lugar a constituição de júri – cf. n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
29.08.2011

e

**Assunto: Urbanização e Urbanismo - Construção de Passeios
Soure**

De acordo com indicações superiores, foi solicitado um levantamento da situação actual da zona a intervencionar no local supracitado.

Após visita ao local, foi elaborado um orçamento/medições, dos trabalhos a realizar, o qual se encontra em anexo. Sendo o valor total dos trabalhos de **3.414,00 € + IVA**.

Sugere-se, assim, o recurso ao Ajuste Directo, para a realização dos referidos trabalhos, com convite à seguinte empresa:

1. GADANHA 2 – Construções, Lda.

À consideração superior,
O Técnico
(Mauro Alegre, Eng.)
26-08-2011

PARECER
Concordo.
À Consideração Superior.
2011.08.29
(Mário Monteiro, Eng.º)
(Chefe de Divisão de O.P.M.)

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de Ajuste Directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.*_____

Ponto 17. URBANIZAÇÃO E URBANISMO
. Elementos Vegetais
- Palmeiras na Praça do Município

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

. Praga do Gorgulho Ferrugento

17.1. Programa de Monitorização

Foi presente o seguinte ofício:

C.M.SOURE 03416 15 MAR 11

Marcelino Melo—Engº Agrário

Soure, 11 de Março de 2011

Exmo. Sr:
Presidente da Câmara Municipal de Soure

Assunto: Palmeiras na Praça do Município

Na sequência da minha informação de 7 de Dezembro (cuja cópia segue em anexo), relativa ao assunto supracitado, cumpre-me informar V. Exa. de que já disponho de orçamento para despistagem da eventual presença do *Rhynchoforus ferrugineus* nas referidas palmeiras (em anexo seguem fotos do escaravelho, respectiva larva e exemplo de palmeira afectada).

Como consta do citado documento, este escaravelho é responsável pela morte de inúmeros exemplares de palmeiras do género *Phoenix*, idênticas às que existem na Praça do Município. Esta praga já se encontra em força na cidade de Coimbra, com diversos exemplares atacados, nomeadamente na Av. Sá da Bandeira. Uma vez instalado na palmeira, este escaravelho deteriora a planta a partir de dentro e, quando surgem os primeiros sintomas, normalmente é tarde de mais para poder salvar os espécimes. Os tratamentos que existem são experimentais e nenhum provou eficácia significativa, pelos que os exemplares afectados acabam por ter de ser abatidos.

Uma vez que as palmeiras presentes nos espaços públicos da Vila de Soure ainda não apresentam sinais visíveis da presença da praga, seria de todo conveniente averiguar se o *Rhynchoforus ferrugineus* já se encontra presente na nossa área. Para tal, seriam montadas 4 armadilhas para captura de insectos adultos, providas com feromonas específicas, como consta do orçamento anexo, da empresa "Árvores e Pessoas".

A urgência desta operação é, a meu ver, evidente, pelo que recomendo a V. Exa. a aprovação desta proposta, para que possamos encetar os esforços adequados, no sentido de salvaguardar a viabilidade da citada espécie e assegurar a segurança dos munícipes, que poderá ser posta em causa, nos locais onde existam palmeiras eventualmente contaminadas.

Sem outro assunto, subscrevo-me com respeitosos cumprimentos.

Atentamente,

CÂMARA MUNICIPAL DE SOURE

Presente o despacho em 2011/03/12/3

Despacho de 2011/03/12/3

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11

Assinado por N.º 6/11


(Marcelino Melo, Engº)

Obs.: A 1ª reunião da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2011, foi tomada conhecimento.

Foi tomado conhecimento.

17.2. Colocação de Armadilhas

Foi presente o seguinte ofício:

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

C.M.SOURE 08927 22 JUN*11

Marcelino Melo—Engº Agrário

Soure, 20 de Junho de 2011

Exmo. Sr:
Presidente da Câmara Municipal de Soure

Assunto: Palmeiras na Praça do Município

Na sequência da minha informação de 11 de Março (cuja cópia segue em anexo), relativa ao assunto supracitado, cumpre-me informar V. Exa. de que já foram colocadas as armadilhas de feromonas para despistagem da eventual presença do *Rhynchoforus ferrugineus* nas referidas palmeiras (em anexo seguem fotos do escaravelho, respectiva larva e exemplo de palmeira afectada).

Como foi referido em informações anteriores, este escaravelho é responsável pela morte de inúmeros exemplares de palmeiras do género *Phoenix*, idênticas às que existem na Praça do Município. Uma análise visual pormenorizada, não só às palmeiras que se encontram na Praça do Município mas também aos exemplares existentes nos jardins da Biblioteca Municipal e do Jardim de Infância, não revelou indício da presença da praga. Tal facto constitui uma boa notícia, uma vez que a presença dos sintomas, normalmente, significa que já é demasiado tarde para evitar a morte das palmeiras.

Assim, de acordo com a proposta apresentada pela empresa “Árvores e Pessoas”, aprovada por V. Exa., foram instaladas, no passado dia 17 de Junho, com a presença do Técnico da referida empresa, um jardineiro da Câmara Municipal de Soure e da minha pessoa, 4 armadilhas em 4 locais específicos, situados numa localização estratégica, previamente decidida, relativamente às palmeiras da Praça do Município. Os locais escolhidos estão assinaladas no mapa que segue em anexo.

A manutenção destas armadilhas consiste na monitorização semanal da presença do escaravelho e substituição trimestral da feromona. Se, da análise das armadilhas, se verificar que o *Rhynchoforus ferrugineus* já se encontra em Soure, terão de ser adoptadas medidas preventivas, de forma a salvaguardar as espécies susceptíveis.

Farei chegar a V. Exa. relatórios acerca da monitorização das armadilhas, sempre que tal se justifique.

Sem outro assunto, subscrevo-me com respeitosos cumprimentos.

Atentamente,

CÂMARA MUNICIPAL DE SOURE
Presente a despacho em 2011/08/08
Despacho 1051 COMISSÃO
A REUNIR SE
CÂMARA.
(Marcelino Melo, Engº)
O Presidente da Câmara

Foi lido e aprovado.

17.3. “Ataque” à Praga

Foi presente o seguinte ofício:

C.M.SOURCE 11459 19 AUG*11

Marcelino Melo—Eng^o Agrário

Soure, 12 de Agosto de 2011

Assunto: Palmeiras na Praça do Município

- Depois da colocação das armadilhas de feromonas, para despistagem da presença do *Rhynchoforus ferrugineus* na nossa Vila, foram feitas inspecções visuais periódicas, de acordo com o programa de monitorização previamente definido. Até à presente data, encontramos 2 escaravelhos, em armadilhas distintas, nomeadamente na que se encontra na Junta de Freguesia e na da Rua dos Cais;
- A presença do *Rhynchoforus ferrugineus* nas armadilhas significa que já se encontram em Soure e que as palmeiras já estarão contaminadas;
- No entanto, nenhuma palmeira apresenta, ainda, quaisquer sintomas inerentes à presença da praga, pelo que ainda temos a possibilidade de executar banhos sanitários, com utilização de pesticidas químicos e/ou biológicos, de acordo com a proposta da Empresa “Árvores e Pessoas”, que segue em anexo.
- De referir que o não tratamento desta praga terá efeitos devastadores junto das palmeiras da Vila e arredores, uma vez que se dissemina com grande facilidade e, quando já estamos na presença de um elevado grau de contaminação, a morte das plantas torna-se inevitável. Na cidade de Coimbra já muitas palmeiras foram contaminadas e abatidas pela acção desta praga, assim como nos concelhos de Póvoa e Lousã, entre outros.

Como poderá constatar da leitura da proposta anexa, o tratamento nesta fase de contaminação poderá evitar a proliferação da praga e manter estes exemplares centenários e que já são parte integrante da paisagem sourense, nos locais onde se encontram.

Sem outro assunto, subscrevo-me com respeitosos cumprimentos,

Atentamente,

CÂMARA MUNICIPAL DE SOURE
Presente a despacho em 22/08/19
Despacho Ao C. J. de Souza,
Diretor do Prodetec

1. Protona 25 25
 2. Protona A Remanente
 3. Protona B Remanente
 NATURA 25 25
 O Presidente da Câmara

① Pacientes no Internar a Infirma (2)
- Pacientes no a ex-BIBAXIN
mortal (2)
(Marcelino Melo, Engº)

(Marcelino Melo, Eng^o)

[illegible]

O Presidente da Câmara

\Rightarrow obj: A Rank of matrix.

Foi tomado conhecimento.

. NOVAS CAPTAÇÕES E OPERACIONALIZAÇÃO

Sistema de Casa Velha - Nova Captação em Carregosa

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011***

**- Alargamento da Perfuração e Protecção em Tubagem Metálica
. Ajuste Directo**

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO /ÁGUA, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
ÁGUA – NOVAS CAPTAÇÕES E OPERACIONALIZAÇÃO
SISTEMA DE CASA VELHA – NOVA CAPTAÇÃO EM CARREGOSA
ALARGAMENTO DA PERFURAÇÃO E PROTECÇÃO EM TUBAGEM METÁLICA
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à execução da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exª a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO:

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, uma vez que o preço base é de **18.900,00 euros**, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecidos para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer do Presidente da Câmara Municipal quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36 euros** – cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho -.

O encargo previsto para a presente empreitada tem em parte dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica **03.03.07.03.03.07** e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de **08.001 2011/156**.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do Código dos Contratos Públicos, à seguinte entidade:

- **Sondalis – Captações de Água, Lda.**

4. JÚRI

Uma vez que se sugere a consulta a apenas uma empresa, não há lugar a constituição de júri – cf. n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
29.08.2011
e

Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO /ÁGUA, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011***

ÁGUA – Novas captações e operacionalização
Sistema de Casa Velha - Nova captação em Carregosa
Alargamento da perfuração e protecção em tubagem metálica

Em face da informação técnica prestada pelo Sr. Evaristo Duarte, com vista à prossecução dos trabalhos de pesquisa e eventual captação de água no local em epígrafe, torna-se necessário proceder aos trabalhos de alargamento do diâmetro de perfuração e posterior protecção com tubagem metálica, para atravessamento da zona de perfuração em caverna.

Solicitado orçamento para a sua execução, ao empreiteiro executante da captação, foi obtido o valor de 18.900,00 € considerado razoável e aceitável para os trabalhos em causa.

Assim, sugere-se a realização por empreitada, com recurso ao ajuste directo, dos trabalhos constantes do mapa em anexo e convite à firma Sondalis - Captações de Água, Lda.

À consideração superior,
(Mário Monteiro, Eng.º)
Chef. Div. O.P.M.
29.08.2011

e

Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO / ÁGUA
Novas Captações e Operacionalização
. Sistema de Casa Velha – Nova captação em Carregosa

Foram iniciados, com normalidade, os trabalhos de perfuração da nova captação da Carregosa. Entre os 60 e os 75 metros de profundidade foi detectado um problema com a presença de uma caverna que originou a paragem momentânea dos trabalhos.

Para minimizar este obstáculo e com o parecer favorável da ARH Centro, foi idealizada uma solução que implica o alargamento da perfuração e a aplicação de um tubo de ferro soldado topo a topo, servindo de encamisamento, até ultrapassar a profundidade da caverna.

Após consulta telefónica do mercado para o preço do tubo de ferro, verificámos que o custo do mesmo seria de aproximadamente 180,00 Euros / metro, pelo que o valor de 225,00 Euros / metro apresentado pelo empreiteiro se afigura adequado, uma vez que inclui o alargamento da perfuração e a aplicação do referido tubo com soldadura topo a topo, no valor global de 18.900, 00 Euros + Iva.

Assim perante estes factos sugerimos o recurso a ajuste directo à firma Sondalis que se encontra a executar os trabalhos de perfuração.

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

À Consideração Superior
10 / 08 / 2011
O Técnico
(Evaristo Duarte)

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de Ajuste Directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.*_____

Ponto 19. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS
 . FESTAS DE S. MATEUS E FATAÇIS // 2011
 . Ornamentação da Vila de Soure
 - Ajuste Directo

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

ASSUNTO: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO - MERCADOS E FEIRAS M
FESTAS DE S. MATEUS E FATAÇIS // 2011
- ORNAMENTAÇÃO DA VILA DE SOURE

Na reunião de Câmara, de 12 de Julho de 2007, foi aprovado um Protocolo com a A.E.S. - Associação Empresarial de Soure, relativo à Organização dos Eventos em epígrafe.

De acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 da Cláusula Terceira desse Protocolo, cabe ao Município suportar os encargos devidos pela Ornamentação da Vila de Soure.

Neste quadro, à semelhança de anos anteriores, sugere-se a iluminação de algumas ruas, no período compreendido entre **16 e 21 de Setembro de 2011**.

O valor estimado para este investimento deverá rondar os 13.000 Euros.

Assim, propõe-se o recurso à figura do Ajuste Directo, conforme decorre da informação técnica que junto se anexa.

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011***

O Vice-Presidente*
(Santos Mota, Dr.)
26.08.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009

e

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS
FESTAS DE S. MATEUS E FATAÇIS // 2011
- ORNAMENTAÇÃO DA VILA DE SOURE – SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à prestação do serviço em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, uma vez que o preço base é de 13.000,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica 03.01.02.02.25.05 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 05.003 2011/105-2.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR A SEGUINTE ENTIDADE

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- A Romeira - Iluminações Festivas, Lda.

4. JÚRI

Uma vez que será apenas convidada uma empresa a apresentar proposta, está dispensada a criação de júri, nos termos do n.º 1 do art. 67º do CCP.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

25/08/2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhor Vice-Presidente, Dr. Santos Mota, de adopção da modalidade de Ajuste Directo, conforme decorre da informação técnica dos serviços.

Ponto 20. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO - APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA
. Regime de Exercício da Actividade Pecuária - Regime Excepcional de Regularização
- Apreciação em Sede de Grupo de Trabalho

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: Regime de Exercício da Actividade Pecuária - Regime excepcional de regularização
Apreciação em sede de grupo de trabalho - Pedido de nomeação de representante
Alcino Martins, Cabeça Carvalha

O Sr. Alcino Martins possui um entreposto de gado bovino na localidade da Cabeça Carvalha.

Apresentou na DRAP Centro - Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Centro o pedido de regularização referente à actividade pecuária ao abrigo do regime excepcional de regularização prevista no DL 214/2008.

Nesse âmbito, a DRAPC solicitou à Câmara a emissão de parecer, que deverá ser emitido até ao próximo dia 2 de Setembro de 2011.

Solicita ainda a nomeação de um representante da Câmara para integrar o grupo de trabalho, com vista à elaboração de proposta de decisão sobre pedido de regularização da actividade pecuária.

Sobre esta questão sugiro que eu, enquanto Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento, seja nomeada representante da Câmara no grupo de trabalho.

Relativamente ao processo enviado em parecer, e após análise do mesmo, informa-se que o terreno se situa em zona agrícola e florestal, fora da Reserva Agrícola e parcialmente em Reserva Ecológica Nacional.

A pretensão do requerente tem enquadramento no n.º 2 dos artigos 50 e 54 do PDM.

Em face do exposto, sugere-se a emissão de parecer favorável e a nomeação do representante da Câmara de acordo com a informação supra.

À Consideração Superior
Maria José Carvalhão – Engª Civil
Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento
23 de Agosto de 2011

Despacho

. Considerando a informação infra:

- 1) Emita-se parecer favorável.
- 2) Indique-se como representante do Município,

16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 31 de Agosto de 2011

a Sra. Chefe de Divisão de Gestão Urbanística
e Planeamento, Eng.ª Maria José Carvalhão;

À Reunião de Câmara.
24.08.2011
O Vereador*
(Mário Jorge Nunes)

*Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal, despacho de 06.11.2009

20.1. Parecer

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho do Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes, de Emissão de Parecer Favorável em conformidade com a informação técnica da Senhora Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento, Eng.ª Maria José Carvalhão.*_____

20.2. Representante do Município

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho do Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes, de Nomeação da Senhora Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento, Eng.ª Maria José Carvalhão, como Representante do Município.*_____

Ponto 21. RECURSOS HUMANOS

- . Agrupamento de Escolas de Soure
- . ESTÁGIOS
 - Curso de Operador de Sistemas Informáticos
- . Agradecimento

*Foi tomado conhecimento.*_____

Ponto 22. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL EM GRANJA DO ULMEIRO
 - Prorrogação de Prazo

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: Desporto e Tempos Livres

- Construção de Pavilhão Desportivo Municipal em Granja do Ulmeiro

- Prorrogação de prazo

Relativamente ao tema em assunto, na sequência do pedido efectuado pela empresa adjudicatária, considerando:

1. O parecer elaborado pelo Dr. Edgar Domingues, jurista avençado, que se junta em anexo;
2. Que o pedido agora apresentado se poderá enquadrar no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;
3. O facto de se tratar de uma prorrogação graciosa de prazo, conforme prevê o D.L. n.º 6/2004, de 06 de Janeiro, que estabelece o regime de Revisão de Preços, isto é, que não implicará acréscimo no custo da empreitada;
4. Que a competência para a aprovação do presente pedido de prorrogação cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, no caso a Câmara Municipal.
5. Que a situação da obra é a seguinte:

Adjudicação	859.020,16 €
Valor dos trabalhos executados/facturados até à data	15.376,00 €
Prazo de execução inicial	Início – 26.05.2011 Fim – 25.10.2011
Prorrogação proposta	Final – 31.05.2012

Propõe-se a aprovação de uma prorrogação graciosa de prazo de execução da empreitada em assunto, conforme solicitado pela empresa adjudicatária, passando a sua conclusão a ser o dia 31.05.2012.

À consideração superior,

(Mário Monteiro, Eng.º.)

(Chefe Div. O.P.M.)

2011-08-29

e

Assunto: EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DE OBRA

Solicita o Chefe de Divisão de Obras Públicas informação quanto a prorrogação do prazo de execução de obras.

As situações passíveis de prorrogação do prazo de execução de obras, encontram-se contempladas nos artigos 298.º n.º2, 361.º n.º3, 374.º e 377.º todos do Código dos Contratos Públicos.

Deste modo deverá verificar-se se as situações que sejam invocadas pelas adjudicatárias se enquadram nos pressupostos legais que podem determinar uma prorrogação do prazo de execução da obra.

Quanto à competência para aprovar a referida prorrogação, convirá referir que o prazo de execução inicial foi aprovado no acto de adjudicação, pelo órgão competente para a decisão de contratar.

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011***

Assim competência para decidir a prorrogação caberá também ao órgão competente para a decisão de contratar, à semelhança do que é previsto pelo CCP noutras situações (artigos 64.º n.º4, 133.º n.º7, 175.º n.º4, todos do CCP).

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
05.08.2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Prorrogação Graciosa de Prazo, conforme decompõe das informações técnicas dos serviços.*_____

Ponto 23. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS
- . Campo Relvado Sintético de Vinha da Rainha
- Prorrogação de Prazo

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: Desporto e Tempos Livres - Construção de Campos Relvados Sintéticos - Campo de Vinha da Rainha
- Prorrogação de prazo

Relativamente ao tema em assunto, na sequência do pedido efectuado pela empresa adjudicatária, considerando:

1. O parecer elaborado pelo Dr. Edgar Domingues, jurista avençado, que se junta em anexo;
2. Que o pedido agora apresentado se poderá enquadrar no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;
3. O facto de se tratar de uma prorrogação graciosa de prazo, conforme prevê o D.L. n.º 6/2004, de 06 de Janeiro, que estabelece o regime de Revisão de Preços, isto é, que não implicará acréscimo no custo da empreitada;
4. Que a competência para a aprovação do presente pedido de prorrogação cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, no caso a Câmara Municipal.
5. Que a situação da obra é a seguinte:

Adjudicação	275.000,00 €
Valor dos trabalhos executados/facturados até à data	42.119,01 €

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

Prazo de execução inicial	Início – 23.05.2011 Fim – 22.11.2011
Prorrogação proposta	Final – 30.12.2011

Propõe-se a aprovação de uma prorrogação graciosa de prazo de execução da empreitada em assunto, conforme solicitado pela empresa adjudicatária, passando a sua conclusão a ser o dia 30.12.2011.

À consideração superior,
(Mário Monteiro, Eng.º.)
(Chefe Div. O.P.M.)
2011-08-29

e

Assunto: **EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS**
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DE OBRA

Solicita o Chefe de Divisão de Obras Públicas informação quanto a prorrogação do prazo de execução de obras.

As situações passíveis de prorrogação do prazo de execução de obras, encontram-se contempladas nos artigos 298.º n.º2, 361.º n.º3, 374.º e 377.º todos do Código dos Contratos Públicos.

Deste modo deverá verificar-se se as situações que sejam invocadas pelas adjudicatárias se enquadram nos pressupostos legais que podem determinar uma prorrogação do prazo de execução da obra.

Quanto à competência para aprovar a referida prorrogação, convirá referir que o prazo de execução inicial foi aprovado no acto de adjudicação, pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Assim competência para decidir a prorrogação caberá também ao órgão competente para a decisão de contratar, à semelhança do que é previsto pelo CCP noutras situações (artigos 64.º n.º4, 133.º n.º7, 175.º n.º4, todos do CCP).

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
05.08.2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Prorrogação Graciosa de Prazo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.*_____

Ponto 24. SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE
. CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREG. DE SAMUEL
- Prorrogação de Prazo

Foram presentes as seguintes informações:

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

**Assunto: Saúde – Acções no Âmbito da Saúde – Construção da Extensão de Saúde de Samuel
- Prorrogação de prazo**

Relativamente ao tema em assunto, na sequência do pedido efectuado pela empresa adjudicatária, considerando:

1. O parecer elaborado pelo Dr. Edgar Domingues, jurista avençado, que se junta em anexo;
2. Que o pedido agora apresentado se poderá enquadrar no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;
3. O facto de se tratar de uma prorrogação graciosa de prazo, conforme prevê o D.L. n.º 6/2004, de 06 de Janeiro, que estabelece o regime de Revisão de Preços, isto é, que não implicará acréscimo no custo da empreitada;
4. Que a competência para a aprovação do presente pedido de prorrogação cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, no caso a Câmara Municipal.
5. Que a situação da obra é a seguinte:

Adjudicação	209.869,44 €
Valor dos trabalhos executados/facturados até à data	84.164,06 €
Prazo de execução inicial	Início – 15.05.2011 Fim – 12.09.2011
Prorrogação proposta	Final – 31.05.2012

Propõe-se a aprovação de uma prorrogação graciosa de prazo de execução da empreitada em assunto, conforme solicitado pela empresa adjudicatária, passando a sua conclusão a ser o dia 31.05.2012.

À consideração superior,

(Mário Monteiro, Eng.º.)

(Chefe Div. O.P.M.)

2011-08-29

e

Assunto: **EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS**
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DE OBRA

Solicita o Chefe de Divisão de Obras Públicas informação quanto a prorrogação do prazo de execução de obras.

As situações passíveis de prorrogação do prazo de execução de obras, encontram-se contempladas nos artigos 298.º n.º 2, 361.º n.º 3, 374.º e 377.º todos do Código dos Contratos Públicos.

Deste modo deverá verificar-se se as situações que sejam invocadas pelas adjudicatárias se enquadram nos pressupostos legais que podem determinar uma prorrogação do prazo de execução da obra.

Quanto à competência para aprovar a referida prorrogação, convirá referir que o prazo de execução inicial foi aprovado no acto de adjudicação, pelo órgão competente para a decisão de contratar.

**16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011**

Assim competência para decidir a prorrogação caberá também ao órgão competente para a decisão de contratar, à semelhança do que é previsto pelo CCP noutras situações (artigos 64.º n.º4, 133.º n.º7, 175.º n.º4, todos do CCP).

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
05.08.2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Prorrogação Graciosa de Prazo, conforme deconte das informações técnicas dos serviços.*_____

Ponto 25. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . BENEFICIAÇÃO DO CM 1113 ENTRE VILA NOVA DE ANÇOS E O LIMITE DO CONCELHO (COM CONDEIXA)**
- Prorrogação de Prazo**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: Comunicações e Transportes – Rede Viária

Beneficiação do CM 1113 entre Vila Nova de Anços e o Limite do Concelho (com Condeixa)
- Prorrogação de prazo

Relativamente ao tema em assunto, na sequência do pedido efectuado pela empresa adjudicatária, considerando:

1. O parecer elaborado pelo Dr. Edgar Domingues, jurista avençado, que se junta em anexo;
2. Que o pedido agora apresentado se poderá enquadrar no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;
3. O facto de se tratar de uma prorrogação graciosa de prazo, conforme prevê o D.L. n.º 6/2004, de 06 de Janeiro, que estabelece o regime de Revisão de Preços, isto é, que não implicará acréscimo no custo da empreitada;
4. Que a competência para a aprovação do presente pedido de prorrogação cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, no caso a Câmara Municipal.

5. Que a situação da obra é a seguinte:

Adjudicação	688.000,01 €
Valor dos trabalhos executados/facturados até à data	616.108,20 €
Prazo de execução inicial	Início – 16.09.2010 Fim – 15.09.2011
Prorrogação proposta	Final – 31.01.2012

***16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 31 de Agosto de 2011***

Propõe-se a aprovação de uma prorrogação graciosa de prazo de execução da empreitada em assunto, conforme solicitado pela empresa adjudicatária, passando a sua conclusão a ser o dia 31.01.2012.

À consideração superior,
(Mário Monteiro, Eng.º.)
(Chefe Div. O.P.M.)
2011-08-05

e

Assunto: **EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS**
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DE OBRA

Solicita o Chefe de Divisão de Obras Públicas informação quanto a prorrogação do prazo de execução de obras.

As situações passíveis de prorrogação do prazo de execução de obras, encontram-se contempladas nos artigos 298.º n.º2, 361.º n.º3, 374.º e 377.º todos do Código dos Contratos Públicos.

Deste modo deverá verificar-se se as situações que sejam invocadas pelas adjudicatárias se enquadram nos pressupostos legais que podem determinar uma prorrogação do prazo de execução da obra.

Quanto à competência para aprovar a referida prorrogação, convirá referir que o prazo de execução inicial foi aprovado no acto de adjudicação, pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Assim competência para decidir a prorrogação caberá também ao órgão competente para a decisão de contratar, à semelhança do que é previsto pelo CCP noutras situações (artigos 64.º n.º4, 133.º n.º7, 175.º n.º4, todos do CCP).

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
05.08.2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Prorrogação Graciosa de Prazo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.*_____